



Ricardo Salgado, Alzheimer e a Justiça que Chegou Tarde Demais

Publicado em 2026-06-02 16:17:00



BOX DE FACTOS

- Ricardo Salgado acumulava condenações de seis anos e três meses no processo EDP e oito anos no processo extraído da Operação Marquês.
- O Ministério Público defendeu uma pena única entre dez e onze anos, mas sustentou que a

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Salgado

- A perícia médica indicou que o antigo banqueiro, diagnosticado com Alzheimer, não teria já capacidade para compreender a finalidade da pena.
- A suspensão da execução da pena não equivale, em rigor jurídico, a absolvição nem a extinção da pena.
- A grande questão pública permanece: se a prisão pode tornar-se clinicamente inútil, a recuperação patrimonial, fiscal e indemnizatória não pode tornar-se politicamente esquecida.

Ricardo Salgado, Alzheimer e a Justiça que Chegou Tarde Demais

Quando a justiça demora tanto que a pena chega depois da memória, não é apenas o arguido que envelheceu: envelheceu o Estado, envelheceu a

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Há dias em que a justiça portuguesa parece uma locomotiva antiga: apita muito, lança vapor, promete chegada, mas aparece na estação quando os passageiros já partiram, os bilhetes já amareleceram e a multidão ficou apenas com a poeira da espera. O caso Ricardo Salgado é um desses dias. Não por causa da doença em si — a doença de Alzheimer é uma tragédia humana que merece respeito — mas porque a doença surge agora como o espelho cruel de uma justiça que demorou demasiado tempo a atravessar o país real.

Segundo a informação conhecida publicamente, Ricardo Salgado foi condenado a seis anos e três meses de prisão no caso EDP e a oito anos no processo extraído da Operação Marquês, relativo a abuso de confiança. A RTP noticiou que o Ministério Público defendeu a suspensão da execução da pena, invocando a perícia médica segundo a qual o antigo banqueiro já não compreende o sentido da punição. A mesma notícia sublinhava que a suspensão não significa extinção da pena. Mas é precisamente aqui que nasce o escândalo político e moral: a lei pode ter uma resposta para a situação clínica; o país ainda não tem resposta para a sensação de impunidade.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

civilizada não deve desejar que uma pessoa incapaz de compreender a pena seja atirada para uma cela apenas para satisfazer a fúria colectiva. O problema não está aí. O problema está antes no facto de a justiça ter deixado passar tantos anos que a punição chegou ao limiar da inutilidade penal.

A questão essencial não é se um homem doente deve ou não cumprir prisão em condições clinicamente duvidosas. A pergunta mais grave é outra: como pôde um processo desta dimensão chegar a este ponto tão tarde? Como pôde um caso que abalou o sistema financeiro, atingiu investidores, abalou a confiança pública e obrigou o país a suportar custos gigantescos transformar-se, no fim, numa discussão sobre a capacidade cognitiva do condenado?

O Alzheimer não absolve o sistema. Pelo contrário: revela-o. Mostra a justiça portuguesa como uma máquina lenta, pesada, cheia de corredores, recursos, incidentes, perícias, formalismos e labirintos. Uma máquina que é muitas vezes rápida com o cidadão pequeno e quase litúrgica com os grandes processos. Para o contribuinte comum, o Estado bate à porta com a eficácia de um cobrador suíço; para os grandes colapsos financeiros, aparece com o passo cansado de um funcionário perdido entre arquivos.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

evitado enfrentar: em crimes económico-financeiros, a prisão é apenas uma parte da justiça. A outra parte, talvez a mais importante, é seguir o dinheiro. Seguir os bens. Seguir as transferências. Seguir as sociedades. Seguir as interpostas pessoas. Seguir o património incompatível com os rendimentos lícitos. Seguir tudo até ao fim, sem reverência, sem medo, sem essa estranha timidez nacional perante quem teve poder.

A lei portuguesa não está totalmente desarmada. Existem mecanismos como o arresto preventivo, previsto no Código de Processo Penal, e o regime da perda alargada de bens, previsto na Lei n.º 5/2002, precisamente para enfrentar criminalidade económico-financeira e patrimónios incongruentes. Existe também o Gabinete de Recuperação de Activos, com missão de localizar, identificar e apreender bens ou produtos relacionados com crimes. Portanto, a pergunta pública é legítima: foram estes instrumentos usados com toda a força, rapidez e inteligência necessárias?

A resposta que o cidadão comum espera não é uma aula de processo penal. É uma resposta material. Onde estão os bens? Que montantes foram efectivamente recuperados? Que património foi arrestado, penhorado ou perdido a favor do Estado? Que indemnizações chegaram aos lesados? Que

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

património.

O país pequeno e o país dos grandes

Aqui nasce a ferida política. Portugal parece dividido entre dois países. Há o país pequeno, onde uma dívida fiscal, uma multa, uma falha declarativa ou um atraso contributivo podem gerar penhoras rápidas, juros, notificações e ameaças administrativas. E há o país dos grandes processos, onde tudo se arrasta em camadas sucessivas de defesa, perícias, recursos, nulidades, incidentes, prescrições possíveis e tempo biológico.

A justiça deve respeitar garantias. Sem garantias, não há Estado de direito; há apenas arbítrio. Mas garantias não podem transformar-se numa auto-estrada para a exaustão do processo. O direito de defesa não pode ser confundido com o direito de fazer envelhecer a responsabilidade até ela deixar de produzir consequência social. Quando isso acontece, o Estado de direito não se fortalece: dissolve-se, gota a gota, como tinta na chuva.

No caso BES, a dimensão simbólica é esmagadora. O Novo Banco nasceu da resolução do Banco Espírito Santo e foi capitalizado em 4,9 mil milhões de euros pelo Fundo de Resolução. Mesmo admitindo a complexidade técnica da

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

A justiça não pode prender memórias, mas pode recuperar património

Se um condenado já não compreende a pena, o direito penal pode concluir que a execução da prisão se tornou inútil ou desumana. Mas essa conclusão não pode arrastar consigo a paralisia da justiça patrimonial. Uma coisa é a incapacidade de cumprir prisão. Outra, totalmente diferente, é a responsabilidade civil, fiscal, indemnizatória e patrimonial.

A pena pode ficar suspensa por razões clínicas. O património injustificado não deve ficar em sono administrativo. As indemnizações não devem morrer de velhice. As dívidas fiscais não devem evaporar-se em nevoeiro processual. Os lesados não podem ser transformados em figurantes de uma tragédia onde todos falam de garantias, mas poucos falam de reparação.

Esta é a verdadeira caixa de Pandora: se a justiça portuguesa aceita que os grandes processos demorem tanto que a prisão se torne impraticável, então tem de compensar essa falha com uma eficácia brutal — legal, mas brutal — na recuperação de activos. Não se trata de vingança. Trata-se de higiene democrática. Uma democracia que não recupera o produto dos crimes económicos acaba por ensinar aos

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Portugal tem uma relação quase poética com a demora. Espera-se por consultas, por licenças, por decisões, por obras, por reformas, por sentenças. Mas na justiça, a demora deixa de ser folclore burocrático e passa a ser uma forma silenciosa de injustiça. Uma sentença tardia pode ser juridicamente correcta e socialmente devastadora. Pode cumprir a lei e falhar a República.

No caso Ricardo Salgado, o país não deve cair na tentação fácil de atacar a doença. Deve atacar a lentidão. Deve atacar a insuficiência dos mecanismos de recuperação patrimonial. Deve atacar a cultura de reverência perante as elites financeiras. Deve atacar a falta de transparência sobre o que foi efectivamente arrestado, recuperado, penhorado, liquidado ou entregue aos lesados.

A justiça não existe apenas para produzir acórdãos. Existe para restaurar confiança. E confiança não se restaura com uma pena que chega quando a memória já partiu. Restaura-se com rapidez, transparência, execução patrimonial, reparação efectiva e igualdade prática perante a lei.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

humanidade. Mas a tragédia de um país que deixa a justiça chegar tarde deve merecer reforma. O que este caso revela não é apenas o destino judicial de Ricardo Salgado. Revela um país onde os processos se arrastam até ao limite da sua própria utilidade, onde a punição chega tarde e onde a recuperação dos bens parece sempre menos visível do que a retórica das garantias.

Quando a memória de um homem falha, a República não pode falhar também. Tem de recordar os lesados. Tem de recordar os contribuintes. Tem de recordar os pequenos investidores. Tem de recordar que a justiça não é apenas uma toga, uma sentença e uma notícia de televisão. A justiça é consequência.

E sem consequência, a lei transforma-se apenas numa cerimónia elegante para absolver o tempo.

Fontes e referências

1. RTP — “Ministério Público defende suspensão da pena de Ricardo Salgado”: https://www.rtp.pt/noticias/pais/ministerio-publico-defende-suspensao-da-pena-de-ricardo-salgado_n1743577

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

ricardo-salgado_n1669505

3. Jornal de Negócios — “Constitucional torna definitiva pena de oito anos de cadeia para Ricardo Salgado”: <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/banca---financas/detalhe/constitucional-torna-definitiva-pena-de-oito-anos-de-cadeia-para-ricardo-salgado>
4. RTP — “Ricardo Salgado e Manuel Pinho foram condenados a prisão efectiva”: https://www.rtp.pt/noticias/pais/ricardo-salgado-e-manuel-pinho-foram-condenados-a-prisao-efetiva_v1577485
5. Renascença — “Ministério Público defende que execução da pena de Ricardo Salgado deve ser suspensa”: <https://rr.pt/noticia/pais/2026/05/26/ministerio-publico-defende-que-execucao-da-pena-de-ricardo-salgado-deve-ser-suspensa/472205/>
6. Jornal Económico — “Ministério Público defende que execução da pena de Ricardo Salgado deve ser suspensa”: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/ministerio-publico-defende-que-execucao-da-pena-de-ricardo-salgado-deve-ser-suspensa/>

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

artigo_id=199A0228&tricha=1&nid=199&nversao=&p
agina=1&tabela=leis

8. Lei n.º 5/2002 — regime especial de combate à criminalidade organizada e económico-financeira, incluindo perda de bens: https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=147&tabela=leis
9. Ministério Público / GDCC — Gabinete de Recuperação de Activos: <https://dcjri.ministeriopublico.pt/pagina/gabinete-de-recuperacao-de-activos>
10. Fundo de Resolução — financiamento das medidas de resolução do BES/Novo Banco: <https://www.fundoderesolucao.pt/financiamento-de-medidas-de-resolucao>

Crónica de opinião

Por Francisco Gonçalves, com co-autoria editorial de Augustus Veritas.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

daquelas que cabem numa gaveta de tribunal. É uma injustiça do tamanho da dívida, da fraude, da ruína financeira e da pobreza acrescentada a uma nação já cansada. O colapso do BES não foi apenas a queda de um banco; foi a queda de uma ilusão: a de que as elites financeiras portuguesas viviam sob a mesma lei moral que o resto do país.

Enquanto milhares de portugueses faziam contas ao salário, à prestação da casa, aos medicamentos, à reforma curta e ao supermercado cada vez mais caro, o país foi chamado a suportar as consequências de uma arquitectura financeira que durante anos parecia acima da fiscalização, acima da prudência e, em muitos momentos, acima da decência. O Fundo de Resolução disponibilizou 4,9 mil milhões de euros para capitalizar o Novo Banco, e os mecanismos posteriores continuaram a projectar custos sobre o sistema financeiro, o Estado e, directa ou indirectamente, sobre os cidadãos.

Por isso, quando a justiça chega tarde, quando a prisão se torna clinicamente impraticável e quando a recuperação patrimonial parece opaca, lenta ou insuficiente, o cidadão sente que foi duplamente castigado: primeiro, pela queda do banco; depois, pela leveza das consequências. O pequeno

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

brutalidade simples da coisa: alguém pagou a factura, e raramente foram os que mais beneficiaram do banquete.

A justiça, neste caso, não falhou apenas perante os tribunais. Falhou perante a memória colectiva. Falhou perante os lesados. Falhou perante os contribuintes. Falhou perante todos aqueles que, sem terem assinado uma única decisão ruínosa, acabaram por viver num país mais pobre, mais desconfiado e mais descrente. Esta é a verdadeira sentença suspensa: a confiança dos portugueses na igualdade perante a lei.

O BES não faliu apenas um banco; hipotecou uma parte da confiança dos portugueses no Estado, na banca, na justiça e na igualdade perante a lei. O BES foi uma falência bancária; a lentidão da justiça transformou-a numa falência moral do Estado. - Francisco Gonçalves



**Ler o e-Book: O Bem e o Mal em
Portugal**



Blogue Fragmentos do Caos

A verdade nasce onde o pensamento é livre.



Fragmentos do Caos:

[Blogue](#)

•

[Ebooks](#)

•

[Carrossel](#)



Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)